

## ENTRE A LÍNGUA INDÍGENA E A LÍNGUA BRASILEIRA EM “TERRA À VISTA”: SITUAÇÕES

*ENTRE LA LANGUE INDIGENE ET LA LANGUE BRESILIENNE EN  
"TERRA A VISTA": SITUATIONS*

Aracy Ernst<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente texto constitui-se numa súmula da terceira parte da obra de autoria de Eni Orlandi, “Terra à vista” (1990), apresentada por ocasião do evento em comemoração de seus trinta anos de publicação, iniciativa realizada pelo LEAD (Laboratório de Estudos em Análise de Discurso, sediado na UFPEL). O objetivo é destacar aspectos considerados importantes, referentes à temática desenvolvida pela autora sobre o imaginário dos limites internos entre a língua indígena e a língua brasileira no Brasil, e mostrar a atualidade e a relevância de sua reflexão para a compreensão dos acontecimentos hodiernos que têm ameaçado constantemente e sobremaneira os direitos constitucionais dos povos indígenas e provocado, em contrapartida, sua resistência através de atos públicos reivindicatórios.

**Palavras-chave:** Discurso; colonização; imaginário; língua.

**RESUMÉ:** Le texte qui suit est un condensé de la troisième partie du livre “Terra à vista” publié par Orlandi dans les années 90. Il a été présenté lors du 30e anniversaire de cet ouvrage dans un colloque organisé à son intention par le Laboratoire d’Études en Analyse du Discours (LEAD) de l’UFPEL. Nous avons mis en évidence des aspects importants qui touchent l’imaginaire des limites internes existant entre la langue indigène et la langue brésilienne aussi bien que l’actualité et la pertinence de la réflexion d’Orlandi pour la compréhension des événements actuels qui menacent lourdement et de façon suivie les droits constitutionnels des peuples autochtones, ce qui provoque leur résistance par le biais des manifestations revendicatives.

**Palavras-chave:** Discours; colonisation; imaginaire; langue.

---

<sup>1</sup> Doutora em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS. Pós-doutorado na Universidade de Paris III, Sorbonne-Nouvelle. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Letras - UFPEL.

Compreender o modo de significar “ser índio” e “ser brasileiro” em “Terra à vista”, em sua dimensão histórica - aí implicado necessariamente o imaginário -, constitui-se no objetivo central da obra de autoria de Eni Orlandi, publicada em 1990. Nesse modo de significar, o estudo mostra o trabalho de exclusão e fixação de determinados sentidos em detrimento de outros, produzindo a naturalização daqueles que permanecem e que constituem a nossa identidade imaginária. Trata-se do discurso colonial, cujo efeito de “perversidade do político” substitui o discurso histórico pelo discurso da cultura com o conseqüente apagamento das razões políticas e a emergência de um discurso moral que qualifica o brasileiro como “superficial e, lógico, alegre, folgazão, indolente e sensual. Também se diz que ele é dotado de inteligência que, infelizmente, ele desperdiça sem objetividade (razão)”. (ORLANDI, 1990, p. 16)

Essa configuração da brasilidade decorre da história que nos é contada pelo outro estrangeiro numa prática de violência simbólica gerada, segundo a autora, pelo embate das relações de força e do jogo de poder que produz determinados efeitos de sentido. Em outras palavras, a modelização da brasilidade deu-se a partir do(s) discurso(s) dos europeus. Esse(s) discurso(s) das descobertas, das conquistas, enfim, da posse e da dominação determinaram o imaginário do brasileiro em que sua voz não teve vez. São, pois, outras vozes que forjaram nossa identidade.

Nesse processo, o imaginário sobre a língua indígena impede que o brasileiro não a perceba como fazendo parte da sua língua ... língua imposta ... língua estrangeira ... língua portuguesa ... É disso que trata a terceira parte da obra “Terra à vista”<sup>2</sup>. As considerações introdutórias que precedem o desenvolvimento dos três capítulos subsequentes constituem-se, no dizer da própria autora, de “algumas palavras sobre a língua”. Embora tal designação possa sugerir, a leitores inadvertidos, algo perfunctório e protocolar, em realidade, trata-se de palavras que suportam elementos conceptuais vigorosos de sustentação da tomada de posição teórico-política assumida pela autora e desenvolvida em seu trabalho sobre a língua indígena do norte da Bahia, praticamente extinta, a pataxó-hãhãhã.

Essas palavras iniciais dizem respeito:

- 1) ao trabalho com o imaginário dos limites internos entre a língua indígena e a língua brasileira;
- 2) ao desconhecimento ou negação da presença das línguas indígenas pelos brasileiros, seja devido ao apagamento determinado pelo modo europeu de ver a língua brasileira (século XVI e os que os seguem), seja através do discurso científico que, via de regra, concebe-as de forma superficial e marginal;
- 3) à retomada dos conceitos formulados pela autora de “língua imaginária” e “língua fluida” que, atravessadas, segundo ela, sempre pelo político, constroem uma identidade para o cidadão brasileiro;
- 4) à hipótese de que a história da constituição de uma língua, embora não tenha visibilidade para seus falantes, atravessa as suas práticas linguageiras; portanto, a língua é perpassada pela história e, por isso, significa;

---

<sup>2</sup> Destaque-se que esse estudo, organizado a partir da demanda dos indígenas, congregou pesquisadores de diferentes áreas e instituições, demonstrando, segundo a autora, a possibilidade de sua integração diante de uma necessidade histórica.

- 5) ao fato de não se questionar o real histórico do contato entre a língua brasileira e as indígenas, lidando-se, pois, com simulacros construídos no passado e no presente, diluídos em aspectos documentais, etimológicos ou etnográficos, de acordo com a autora, também superficiais e marginalizados;
- 6) ao conceito de “modelização” da língua, formulado por ela, entendido como a projeção da língua imaginária sobre a língua fluida. [A primeira ligada à sistematicidade, à escrita e à gramática; a segunda, ao movimento, à prática e à mudança contínua]; tal processo de modelização nega às línguas indígenas a possibilidade de percebê-las historicamente e, também, nega a mobilidade e a factibilidade em processos de línguas em contato;
- 7) e, por último, à perspectiva da Análise de Discurso que tem, como seu principal fundamento, a determinação histórica dos processos de significação e a representação na produção de suas formas e sentidos; dessarte, compreende como central a contribuição das línguas indígenas no interior da própria estruturação da língua portuguesa (não as concebendo, portanto, como algo marginal).

Tais considerações iniciais, como já foi dito, caucionam os estudos sobre os capítulos que se sucedem, quais sejam: I Os Pataxós, sua língua, sua terra; II O sujeito-índio e o seu texto: um mito assurini e III Uma retórica do oprimido: o discurso dos representantes indígenas. Embora os três capítulos que compõem esta parte da obra “Terra à vista” sejam seguramente marcantes e mereçam ser tematizados, devido, por um lado, ao espaço de que se dispõe e, por outro, à posição política aqui confessada em face do desrespeito e violência que são históricos, mas que, nos dias de hoje, têm recrudescido na relação do governo de extrema direita vigente no país com os indígenas, tecem-se primeiramente comentários gerais sobre os capítulos I e II, marcando, no capítulo III, Uma retórica do oprimido: o discurso dos representantes indígenas, a atualidade do trabalho da autora através da menção aos movimentos recentes de reivindicação dos indígenas em face do ataque a seus direitos constitucionais.

No capítulo I - Os pataxós, sua língua, sua terra -, é colocado que, diferentemente do processo normalmente esperado em trabalhos de pesquisa, cujos achados provocariam implicações políticas, o estudo parte exatamente do político para chegar a efeitos de ordem teórica e científica. Isso tem consequências, pois o deslocamento operado mostra simultaneamente tanto a relevância da questão política no âmbito da Análise de Discurso quanto à sensibilidade social de que se encontra investido o estudo ao atender ao pedido (e à vontade) dos pataxós de preservação de sua língua em face de sua provável extinção. Como diz a autora: “A posse da língua significa para eles o seu desejo de ser índio, em um momento de ameaça de extermínio.” (ORLANDI, 1990, p. 162)

Portanto, mais do que uma mera descrição e registro de uma dada língua indígena, o estudo redimensiona-se para significar, numa perspectiva histórica, a manutenção da identidade dos pataxós - identidade que é movimento na história, na medida em que decorre de sua relação inerente com a alteridade - e, também, seu direito à terra. Nas palavras da autora, “... ter uma língua documentada é ter, não uma carcaça, um objeto formal, mas uma história, um corpo vivo, um discurso”. (ORLANDI, 1990, p. 172)<sup>3</sup>. Visto nessa perspectiva, o estudo

---

<sup>3</sup> Tal perspectiva colide com a direção normalmente tomada pelas pesquisas científicas que privilegiam suas demandas e injunções acadêmicas em detrimento da necessidade histórica dos povos indígenas, o que implica necessariamente o questionamento da função e da neutralidade da ciência, conforme o trabalho nos aponta.

realizado pela autora sobre a língua pataxó-hãhãhã não é apenas o resgate de elementos que a constituem, mas o resgate da história dos saberes e das condições de vida desse povo.

A segunda parte da obra, denominada “O sujeito-indio e o seu texto: um mito Assurini”, busca explicitar, diferentemente dos estudos antropológicos, como o mito produz sentidos e não o que ele significa. Todavia, propõe o estabelecimento de reflexões comuns entre os dois campos do saber, ressaltando a contribuição que a AD pode dar à Antropologia. Isso é feito através da indicação de direções importantes para o processo interpretativo ao especificar os mecanismos de produção dos sentidos, integrando assim o material etnológico, além de dar visibilidade ao processo de produção de sentidos ao considerar elementos histórico-sócio-culturais e contextuais significativos relativos ao texto mítico no âmbito da cultura indígena.

As questões colocadas, sob a perspectiva teórica da Análise de Discurso que sustenta o estudo sobre o mito Assurini, situam-se temporalmente no período de 1976 a 1982 e tematicamente na relação do indígena com o mito, nas marcas de subjetividade em seu contexto histórico-cultural e na produção de sentidos no discurso do mito e da sua reprodução. As noções de des-centração do sujeito, de intertextualidade, de interdiscursividade e de prática discursiva são fundamentais para o processo de descrição e interpretação empreendido neste capítulo da obra. Desse processo, decorrem consequências importantes, das quais destacam-se aquelas referentes à relação entre linguagem, pensamento e realidade. Para o sujeito indígena, essa relação não se esgota na injunção à unicidade e à progressão, pois se há ilusão referencial - “esquecimento número 2”, segundo Pêcheux (1975) - ela sofre outras determinações.

Tal fato produz implicações, dentre elas, a impossibilidade de compreensão do funcionamento do discurso indígena, a não ser através da identificação de ordens linguísticas, como modalidades, categorias, ergatividade etc., em que se mantém o paradigma vigente do que se fazia no século XVI em que o modelo era o latim, seguida pela linguística estrutural-distribucional ou transformacional, cuja língua modelo é o inglês.

Para introduzir as observações sobre o estudo de Orlandi na parte III da obra em pauta e mostrar sua indiscutível atualidade, menciona-se a virulência impetrada pela polícia na tentativa de refrear os atos de resistência dos povos indígenas às ações danosas e criminosas do governo federal. Dentre elas: sua paralisia nas demarcações das terras indígenas, sua inércia (ou apoio?) relativa à intensificação dos conflitos territoriais e invasões em territórios indígenas e seu deliberado descaso na atenção à saúde durante a pandemia da covid-19. Refere-se aqui especificamente o protesto do dia 23 de junho de 2021 em Brasília contra o projeto de lei 490/2007 que entrou na pauta de votação da Comissão de Constituição e Justiça. Essa proposição legislativa, defendida pela bancada ruralista, constitui-se num ataque institucional aos direitos territoriais garantidos na Constituição Federal de 1988, pois impossibilita, na prática, a demarcação das terras indígenas, abrindo-as para os mais diversos empreendimentos econômicos: agronegócio, mineração, construção de hidroelétricas, dentre outros.

Os protestos indígenas, não só no caso citado acima, mas em tantas outros, apresentam faixas com palavras de ordem, aqui transcritas: “STF, vocês não estão sozinhos. Defendam nossos direitos e territórios”; “PL 191/20 - NÃO/ PL 490/07 - NÃO ...”; “Demarcação Já”; “O artigo 231 não precisa e não deve ser modificado”; “Artigo 231 da CF é cláusula pétrea - não mecha aí” ...; “Fora Cunha”; “Não à PEC 215”, STF, nosso futuro está em suas mãos. Direito originário sim! Marco temporal, não!, “Levante pela terra!”, “Não ao marco temporal”, “Respeitem a constituição”, “Sangue indígena, nenhuma gota a mais” etc., conforme se pode visualizar nas fotos a seguir.



G1.Globo.com - Indígenas protestam em Brasília pela proteção de terras tradicionais [Distrito Federal] 23 de junho de 2021



Manifestantes dos povos indígenas Awa, Kaapor, Guajajara, Tremembé e Gamela em Santa Inés, Maranhão. © Mídia Índia/Survival International <https://www.survivalbrasil.org/ultimas-noticias/12078>



Povos Guarani e Kaiowá dos tekoha Gurya Kamby'i, Itay, Tjasu Igua e Laranjeira Nhanderu, nos municípios de Rio Brillhante e Douradina (MS) manifestaram-se em seus territórios contra o “marco temporal” e o PL 490. Foto: Povos Guarani e Kaiowá Conselho Indigenista Missionário, 06/09/2021 <https://cimi.org.br/2021/09/brasil-povos-indigenas-mobilizam-se-contramarco-temporal/>

Essa retórica do oprimido, manifestada através das palavras de ordem nos protestos, retrata o que é apresentado no capítulo III da obra em tela, cujo objetivo é refletir sobre a especificidade da interlocução estabelecida entre os indígenas e os brancos, buscando subsídios para a elaboração de uma história de contato entre a cultura indígena e a sociedade e, também, contribuições para os estudos sobre a identidade étnica e a nacionalidade brasileira.

Busca-se aqui, de forma bastante simplificada, destacar alguns elementos que fazem ressoar, nas palavras de ordem dos povos originários, o trabalho realizado pela autora, trabalho que se distingue pela extrema acuidade e discernimento não só devido a sua natureza analítico-descritiva no trato dos aspectos linguísticos, pragmáticos e retóricos da linguagem indígena, mas também, e principalmente, devido a sua abordagem sobre a questão da identidade cultural.

O capítulo tem uma configuração bipartida: Item I) É antes pelo excesso do que por falta de lucidez; Item II) Uma dificuldade do domínio ideológico: a questão da identidade cultural. O item I prima pela descrição apurada do que ocorre nas dimensões linguística, pragmática e retórica da língua portuguesa falada pelos indígenas. Salienta-se, na dimensão pragmática, a seguinte afirmação feita pela autora, relativa ao uso da língua dos brancos por eles:

... têm consciência das regras pragmáticas, não só no uso da própria língua (o que seria de se esperar), mas também no uso da língua do branco. Eles sabem quem deve falar, em que situação, em que lugar; sabem falar “em nome de”; sabem reconhecer quando a fala do branco tem autoridade, e quando o branco tem autoridade para falar “em nome de”. (ORLANDI, 1990, p. 211)

Ou seja, eles têm domínio da língua dos brancos e a utilizam com propriedade de acordo com a situação. Tal constatação vai de encontro ao senso comum que considera a língua portuguesa falada pelos índios trôpega e inexata. Segundo a autora, os “erros” de gramática, quando acontecem, são os mesmos dos brancos e não interferem na compreensão.

No domínio da dimensão retórica, apresentam diferentes tipos de discurso (científico, histórico, crítico, jornalístico, jurídico e político, em que os temas terra, educação e saúde são os fundamentais); esses dois últimos (jurídico e político), pudemos reconhecê-los nas palavras de ordem apresentadas anteriormente. Nesse domínio, o trabalho faz referência ao uso de muitos recursos retóricos, dentre outros, a comparação, a metáfora, apelo ao leitor para engajá-lo, a narrativa como base de argumentação. Um aspecto importante a relatar diz respeito à compreensão que eles têm do processo de exclusão, ligado ao direito de falar o próprio idioma e ao espaço em que isso é possível, e também à consciência da ligação entre a língua e sua identidade cultural. Dessarte, falar a língua indígena é, segundo a autora, um estigma e uma conquista. Estigma porque o branco recusa a legitimidade da língua indígena; conquista porque lhe dá identidade.

Com relação ao item II - Uma dificuldade do domínio ideológico: a questão da identidade cultural, coloca-se que os brancos, por desconhecerem os diferentes graus de fluência e habilidade dos representantes indígenas, a eles respondem de forma monolítica, constituindo-se numa fala (ou melhor, numa estratégia) de exclusão, sedimentada pelo preconceito linguístico que serve para reafirmar a dominação e o prepotência do branco. Além disso, destaca-se o fato de, por ser a língua empregada para o contato o português, isto é, a língua oficial do Brasil, é ela que determina a língua do indígena, e o branco, mesmo em situações em

que não é ouvinte imediato, sempre é o destinatário final.

Nesse contexto, falar a língua portuguesa para os indígenas implica a questão de identidade étnica, pois para afirmar-se como indígena, diz a autora, tem de se negar como tal, uma vez que precisa se afirmar com as categorias do outro que o exclui. Há, portanto, uma divisão “de raiz” entre ele e o branco e, para expressar sua diferença, ele precisa da língua do branco. E ele a fala com eficácia. Entretanto, sua voz é dividida desde sua origem e o branco, valendo-se disso, o estigmatiza. Para livrar-se do estigma, precisa anular-se, perder sua identidade.

Nesse jogo em que a prerrogativa é a do branco, a autora identifica dois processos: a incorporação e a obscuridade. O primeiro define a relação de dominação do branco sobre o indígena; devido a essa dominação produz-se a incorporação do discurso do branco. Destaca-se aqui o fato de o branco, além de impor a sua língua e a história dos conceitos, impõe também as formas através das quais se organiza o poder da palavra, as situações de linguagem e as formas do discurso. O segundo diz respeito à existência de fragmentos obscuros no dizer do indígena, oriundos não da falta de domínio gramatical, mas do conflito de identidade. A autora considera essas obscuridades como “rupturas”, como “fissuras” que permitem observar o confronto ideológico, o conflito da identidade étnica. É relevante dizer que o indígena resiste, através da linguagem, à coerção imposta pelo branco e que a obscuridade pode ser vista como uma forma de se contrapor ao poder.

Entretanto, no jogo de imagens que os indígenas têm de si e do outro (os brancos) há mudanças que vão se operando. De uma imagem que têm de si, mediada pela visão do branco, passam a um discurso de autodeterminação que pode ser observado: a) no uso da língua, quando reivindicam falar em sua própria língua, embora, ao falar o português o façam com propriedade, “havendo uma igualdade de estatutos e maior reversibilidade”; b) na referência à FUNAI, exigida agora em sua função representativa de mediadora e não mais filantrópica no que diz respeito à demarcação das terras. Importante dizer que há indígenas que não reconhecem mais nem mesmo essa função na FUNAI, requerendo ter seus próprios representantes, estabelecendo uma ligação direta com o poder político constituído. De acordo com a autora, “Se, em outro momento, no contato com o branco, eles se viam predominantemente através do branco, agora eles recuperam a visão de dentro para fora, do ponto de vista étnico”. Acrescente-se, a esse fato, a organização política que tem se materializado nas manifestações públicas de reivindicação de seus direitos.

O desenvolvimento do capítulo, ora em pauta, evidencia substancialmente a materialidade contraditória do discurso a partir dessa relação (branco/indígena) e nos apresenta o conflito, mas também as formas de resistência, cujas manifestações aqui mencionadas constituem um dos exemplos. Essas formas de resistência indígena derivam da consciência de sua identidade étnica e de seus direitos de cidadãos que, via de regra, são solapados historicamente em benefício de interesses políticos e econômicos. Mas há também um outro aspecto importante a considerar, relativo à resistência teórica, na medida em que, ao utilizar como base de sustentação a Análise de Discurso, o estudo contrapõe-se ao discurso do conhecimento já estabelecido que apaga o real histórico da relação entre branco e indígena. Essa outra forma de trabalho com o simbólico coloca, na perspectiva do analista, a contradição e a luta entre culturas: a branca, dominante e legitimada, e a indígena, dominada e deslegitimada. O trabalho situa-se nesse entremeio e fora das implicações do colonialismo e do imperialismo que reverberam no *modus operandi* das ciências da linguagem tradicionais, adotando uma perspectiva epistemológica materialista que considera a historicidade na constituição do sujeito, do sentido e do discurso. Esse é o seu mérito. Essa é a sua contribuição

aos estudos da linguagem.

### Referências

ORLANDI, Eni. *Terra à vista*. Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez, 1990.